

Bulhões propõe acabar

com a correção

Brasília, domingo, 2 de outubro de 1983 — 15

Assim como tiramos partido da correção monetária para manter a economia em convívio com a política do combate gradualista da inflação, agora que se tornou insustentável o gradualismo, resta-nos tirar partido da supressão da correção monetária, em apoio à rápida supressão da inflação".

A constatação é do professor Octávio Gouvêa de Bulhões, presidente do Instituto Brasileiro de Economia - IBRE -, membro do Conselho Monetário Nacional e um dos pais da correção monetária, quando ministro da Fazenda no governo Castelo Branco.

GRANDE FOLGA

Para Bulhões, "a queda automática da correção monetária, a par da eliminação da inflação, pode trazer grande folga aos produtores, considerável estabilidade ao custo de produção, sensível desafogo aos devedores, enorme confiança nos destinos do País, interna e externamente".

O professor defende a queda da correção monetária ao analisar as "causas da inflação e da recessão", em um artigo que publicará no jornal Conselho Federal de Economia, de circulação restrita aos economistas, que deverá circular agora em meados de outubro.

Segundo ele, "segundo a regra geral, a causa da inflação brasileira está no déficit público. Em outros países (Estados Unidos, Alemanha) o o fulcro gerador do déficit público reside no dispêndio com a previdência social".

"Em nosso País", analisa ele, "conquanto os gastos da Previdência Social não sejam ameaça desprezível, no momento a causa essencial reside na expansão do crédito, levada a efeito pelo Banco Central, ou melhor, pelas "autoridades monetárias", ou sejam: o Banco Central e, principalmente, o Banco do Brasil, são essas somas adicionais de crédito que representam a maior parcela do déficit público".

EMPRESAS ESTATAIS

Bulhões diz também que "muito se fala no dispêndio das empresas estatais, incluindo-o no déficit público. Não resta dúvida de que as empresas estatais estão com seus orçamentos desequilibrados. Mas esse desequilíbrio é mais reflexo que causa inflacionária".

Ele considera, ainda no seu artigo exclusivo para o Jornal do CFE, que a expansão de crédito das "autoridades monetárias" é fenômeno de vários anos. Em 1977 e 1978, por exem-



De volta, com o ex-ministro, a tese da desindexação

plo, procurou-se restringir a expansão", relembra Bulhões, "sem que houvesse repercussões desfavoráveis no produto real. Em 1978, registrou-se uma queda na produção agrícola, advinda de condições climáticas, mas a renda da agricultura manteve-se no mesmo nível, em termos reais. Esse fato é assinalado porque demonstra a possibilidade de extinguir-se esse procedimento expansionista, maneira de eliminar-se rapidamente a inflação".

Segundo o presidente do Ibre, além da expansão do crédito, a inflação tem sido provocada pelo subsídio ao petróleo, ao trigo e ao açúcar. O governo decidiu eliminá-lo recentemente. Perdura, porém, parte do subsídio ao trigo, mantém-se um custoso processo de unificação do preço de derivados de petróleo e, sobretudo, insiste-se na expansão creditícia".

RECESSÃO/DESEMPREGO

Bulhões constata ainda que na tentativa de reduzir o apelo à expansão da base monetária, o Governo desvia receitas tributárias para as autoridades monetárias e lança títulos públicos no mercado, na tentativa, também, de reduzir a expansão da base monetária. Ocorre, porém, que a drenagem de recursos do Tesouro desfalca o financiamento de investimentos provocando recessão e desemprego. "A dívida pública", diz ele, "sendo de correção monetária, agrava

consideravelmente a despesa do Tesouro, com o prosseguimento da inflação. Esse, aliás, o reflexo inflacionário das empresas estatais".

O ex-ministro admite que à medida que a inflação prosseguir, as despesas financeiras subirão vertiginosamente. E um aumento dificilmente suportável para as empresas particulares e insuportável para as empresas estatais. O mesmo ocorre com a dívida pública. A correção monetária suplanta o valor de subscrição dos títulos.

SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL

- De dezembro de 1982 a fevereiro de 1983 - revela Bulhões - o acréscimo da subscrição de obrigações foi de 210 bilhões de cruzeiros, cruzeiros. Se a inflação prosseguir, a situação financeira do Tesouro, tal como a das empresas estatais, tornar-se-á insustentável.

O professor Bulhões volta a insistir na expansão de crédito como causa essencial da inflação e da recessão:

- A causa essencial da inflação e da recessão tem por origem a expansão de crédito mantida sistematicamente pelas autoridades monetárias. Não resta dúvida haver o louvável propósito de amparar-se a produção, notadamente a agricultura e a exportação de esteios da economia nacional. Ocorre ser a expansão de crédito uma consequência da elevação do custo de produção.